

O preconceito linguístico nas aulas de língua portuguesa¹

Linguistic prejudice in portuguese language classes

Prejuicio lingüístico en las clases de lengua portuguesa

Behatryz Fernanda de Souza Soares¹
Maria Fernanda Borges Daniel de Alencastro²

¹ Pós-graduanda em Linguística Aplicada e Ensino de Línguas pela Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (UFMS). Graduação em Letras, Habilitação Português/Inglês e suas respectivas literaturas pela Universidade Católica Dom Bosco (UCDB). Atualmente é professora de Literatura, Produção de Texto e Língua Portuguesa da Rede Estadual de Ensino de Mato Grosso do Sul. **E-mail:** behatryzfernanda@gmail.com, **Orcid:** <https://orcid.org/0009-0004-2533-5162>

² Mestrado em Educação pela Universidade Católica Dom Bosco (UCDB). Especialização em Língua Portuguesa com foco em Redação, pela Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais (PUC Minas). Graduação em Letras, Habilitação Português/Inglês pelas Faculdades Unidas de Mato Grosso (FUCMT). Atualmente, é professora nos cursos de Direito, Letras, Pedagogia e Educação a Distância da Universidade Católica Dom Bosco (UCDB). **E-mail:** rf5322@ucdb.br, **Orcid:** <https://orcid.org/0000-0003-0019-459X>

¹ Este artigo é resultado de trabalho de conclusão de curso apresentado à Universidade Católica Dom Bosco, sob a orientação metodológica como requisito parcial para obtenção do grau de licenciatura em Letras, Habilitação Português/Inglês, da Universidade Católica Dom Bosco (UCDB).

Resumo: O presente artigo tem por tema a abordagem referente ao “Preconceito Linguístico nas Aulas de Língua Portuguesa”, com o objetivo de pesquisar o quanto é comum presenciar casos de preconceito com a língua em sala de aula. Com o intuito de mostrar qual a influência da sociedade e o papel da escola a respeito do preconceito linguístico, é necessário constatar que a língua portuguesa não é baseada somente na gramática normativa, há também de se observar que o preconceito linguístico afeta a aprendizagem do estudante. Esse estudo é realizado por uma pesquisa de caráter bibliográfico. Assim sendo, é possível verificar que muitos permanecem presos ao mito de que a língua mais difícil é a mais bonita e a mais correta, e só pessoas estudadas falam esse dialeto.

Palavras-chave: gramática normativa; preconceito linguístico; aprendizagem.

Abstract: The present article has as its theme the approach referring to the “Linguistic Prejudice in Portuguese Language Classes”, with the objective of researching how common it is to witness cases of prejudice with the language in the classroom. In order to show the influence of society and the role of the school regarding linguistic prejudice, it is therefore necessary to note that the Portuguese language is not based only on normative grammar, it must also be observed that linguistic prejudice affects learning of the student. This study is carried out through bibliographic research. Therefore, it is possible to verify that many remain trapped in the myth that the most difficult language is the most beautiful and the most correct, and only educated people speak this dialect.

Keywords: normative grammar; linguistic prejudice; learning.

Resumen: El tema de este artículo es el abordaje del “Prejuicio Lingüístico en las Clases de Lengua Portuguesa”, con el objetivo de investigar qué tan común es presenciar casos de prejuicio contra la lengua en el aula. Para mostrar la influencia de la sociedad y el papel de la escuela en relación al prejuicio lingüístico, es necesario señalar que la lengua portuguesa no sólo se basa en una gramática normativa, también hay que señalar que el prejuicio lingüístico afecta el aprendizaje de los estudiantes. Este estudio se realiza a través de una investigación bibliográfica. Por lo tanto, se puede comprobar que muchos quedan atrapados en el mito de que el idioma más difícil es el más bello y el más correcto y sólo las personas educadas hablan este dialecto.

Palabras clave: gramática normativa; prejuicio lingüístico; aprendiendo.

1 INTRODUÇÃO

O tema abordado neste artigo é o preconceito linguístico nas aulas de Língua Portuguesa. O objetivo principal é mostrar que não há um jeito certo de falar português; vivemos em um país com regiões culturalmente diferentes, e todas têm suas particularidades em relação à fala. Precisamos desconstruir a ideia de que uma região é melhor que a outra pelo modo que vive ou até fala.

Vale ressaltar que devemos observar a conduta do professor em relação às variações linguísticas, levando em consideração principalmente a questão da heterogeneidade da língua, e não apenas um conjunto de regras únicas impostas pela gramática tradicional normativa.

A realização deste artigo é de fundamental importância para que possamos entender que há uma grande diversidade linguística em nosso país, e essas variedades da língua precisam ser respeitadas para que casos de preconceito linguístico possam diminuir.

Foram elaboradas três perguntas norteadoras para que, pela pesquisa, possam ser respondidas o mais precisamente possível. O primeiro questionamento expõe acerca de como é gerado o preconceito linguístico; em seguida, como entender o fato de o preconceito linguístico possa estar presente nas aulas de língua portuguesa; e, por fim, verificar o porquê de o preconceito linguístico afetar a aprendizagem dos alunos.

O objetivo geral desta pesquisa é mostrar qual é a influência da sociedade e o papel da escola a respeito do preconceito linguístico, e tem como objetivos específicos identificar que ensinar a língua portuguesa não gira somente em torno da gramática normativa, bem como entender que o preconceito linguístico afeta o ensino-aprendizagem do estudante, considerando que o Brasil é um país com uma grande variação linguística, e, por conta disso, esse tipo de preconceito ainda é muito presente, principalmente em sala de aula.

A língua, por ser viva, está em constante mudança, e é preciso desfazer a ideia de que existe um jeito certo de se falar, acima de tudo, nas aulas de língua portuguesa, em que geralmente os professores impõem uma maneira correta de falar ou escrever.

Este artigo foi dividido em três itens. O primeiro item traz sobre o preconceito linguístico e um breve conceito do que é a sociolinguística e variação linguística. No segundo item, é abordado o preconceito com a língua na visão do linguista Marcos Bagno e é analisada mais a fundo a sua obra *Preconceito Linguístico: o que é, como se faz*, de 2002. Por fim, destaca-se qual o papel da sociedade e da escola diante do preconceito da língua e o que a escola precisa fazer para desconstruí-lo.

A pesquisa aqui proposta se caracteriza por uma abordagem qualitativa, cujos dados foram obtidos por meio de pesquisa bibliográfica a partir de discussões e leituras em livros, resumos, periódicos e artigos científicos.

2 O PRECONCEITO LINGUÍSTICO

Este item, intitulado “O Preconceito Linguístico”, tem por objetivo conceituar o tema em pauta a partir de autores que se dedicam à tão polêmica discussão referente aos possíveis ‘mitos’ ao se estabelecer uma norma-padrão para o uso do idioma em diferentes contextos de usos e costumes.

2.1 O preconceito linguístico e a variação linguística

O preconceito linguístico é todo juízo de valor negativo em relação às variações linguísticas de um menor prestígio social. Isso se dá pelas variantes informais e com ligação às classes menos favorecidas, que têm um acesso menor à educação ou têm acesso à educação de qualidade inferior.

Esse tipo de preconceito é mantido por meio de programas de televisão, pela internet, materiais didáticos e, principalmente, pela gramática normativa. As gramáticas normativas sempre tentam propor o que é certo ou errado dentro da nossa língua.

É necessário darmos uma atenção maior ao preconceito linguístico, porque todos devemos ter o entendimento de que não importa se uma pessoa tem ou não o domínio da língua padrão, ela ainda tem o poder de se comunicar; a única coisa necessária é fazer uma adequação na sua linguagem. Todos nós somos falantes competentes da nossa língua, só precisamos ter uma direção em relação às habilidades, aos contextos e às situações de uso da língua.

Perini (1997) nos mostra que todo brasileiro tem domínio da sua língua materna. Independentemente de termos uma escolaridade ou não, o conhecimento que adquirimos em relação à língua é aprendido no cotidiano, de acordo com as nossas vivências. Vejamos o que o referido autor expõe:

Qualquer falante de português possui um conhecimento implícito altamente elaborado da língua, muito embora não seja capaz de explicitar esse conhecimento. E esse conhecimento não é fruto de instrução recebida na escola, mas foi adquirido de maneira tão natural e espontânea quanto a nossa habilidade de andar (Perini, 1997, p. 13).

É perceptível que, na maioria das vezes, a escola tenta impor aos alunos uma variante da língua baseada na norma-padrão. O que eles esquecem é que essa padronização é mais usual na modalidade escrita. Devemos ter em mente que o português falado em nosso país é bem diversificado. Um dos fatores para essa diversificação é em razão de a diferença de status social no nosso país ser muito grande.

O preconceito linguístico é uma consequência dos outros tipos de preconceito (social, racial e geográfico), no qual um certo grupo é oprimido e passa a ter suas falas condenadas pela elite, que ignora completamente a existência da variação linguística e a sua importância na sociedade. O estereótipo do falar “certo ou errado” existe em todo lugar do mundo. As pessoas acham que usando a linguagem “correta” a comunicação se processará de uma forma mais eficaz, o que é uma visão totalmente equivocada.

Em relação às teorias linguísticas, destaca-se a desigualdade presente na escola, o que resulta na privatização de determinados grupos de alunos, dificultando uma alfabetização adequada.

Partindo de teorias linguísticas e da realidade de nosso país, conclui-se o quanto a desigualdade contamina a escola, privando determinados grupos de alunos de ter uma alfabetização satisfatória. Conflito linguístico que nela se criava, pela diferença existente entre a linguagem das camadas populares, [...] e a linguagem que é instrumento e objetivo dessa escola, que é a linguagem das classes dominantes (Soares, 2002, p. 107).

A variação linguística irá se adequar para atender às necessidades comunicativas e cognitivas de quem está falando. Quando essa variação é

julgada de maneira errada, ocorre o preconceito linguístico. Essa variação vem sendo alvo de debates, principalmente nas escolas públicas. É fato que a maioria das escolas de nosso país são conservadoras e tradicionalistas. É comum vermos uma grande diferença regional e social por parte dos alunos dentro das instituições tradicionalistas.

As variações ocorrem no modo como as pessoas se relacionam, de forma natural em uma comunidade linguística. A gramática não deve ser autoritária, pois sua função é de esclarecer, especificar o funcionamento da língua e promover a sua função comunicativa.

Os professores de linguagens acabam ficando presos nessa questão e não fazem uma abordagem adequada em relação à gramática e ao texto. É necessário que a gramática seja vista como um meio, não como um objeto qualquer. É por meio da escola e dos professores que há a interação dos alunos com o conhecimento. Isso ajuda na construção do pensamento crítico e faz com que eles se tornem independentes.

É função do professor proporcionar que os estudantes utilizem corretamente as capacidades linguísticas de acordo com a formação social deles. Portanto, “[...] a escola não deve ter outra pretensão senão chegar aos usos sociais da língua, na forma em que ela acontece no dia a dia da vida das pessoas” (Antunes, 2003, p. 109). Podemos perceber, no cotidiano, a pluralidade das variações da língua, pois a língua é dinâmica e pode se adaptar a várias situações ou possibilidades para se comunicar.

Assim sendo, aqueles que pensam que a norma-padrão é a única forma de se comunicar, sabendo que há grandes possibilidades em diferentes contextos, têm um pensamento preconceituoso.

2.2 Considerações sobre sociolinguística

A sociolinguística estuda a relação entre a língua e a sociedade, concentrando-se principalmente na variedade da língua. É possível notar que a língua muda de geração em geração. Há também uma grande diferença entre a linguagem do homem para a linguagem das mulheres, bem como uma grande variação na língua por conta de etnia, faixa etária, entre outros. Segundo Labov (2008), em entrevista a respeito da sociolinguística:

Quando eu comecei na Linguística, eu tinha em mente uma mudança para um campo mais científico, baseado na maneira como as pessoas usavam a linguagem¹ na vida cotidiana. Quando eu comecei a entrevistar pessoas e gravar suas falas, descobri que a fala cotidiana envolvia muita variação linguística, algo com que a teoria padrão não estava preparada para lidar. As ferramentas para estudar a variação e a mudança sincrônica surgiram dessa situação. Mais tarde, o estudo da variação linguística forneceu respostas claras para muitos dos problemas que não eram resolvidos por uma visão discreta da estrutura linguística.

Labov (2008), ainda, em sua entrevista, sintetiza o objeto da sociolinguística como o estudo da língua falada em relação ao contexto social, partindo de uma comunidade linguística, a qual é entendida como um conjunto de indivíduos que, além de interagirem verbalmente, também compartilham um conjunto de normas relativas aos usos. As reflexões da sociolinguística mostram que a língua é heterogênea e tem regras variadas que estão sujeitas a mudanças.

No ensino da língua portuguesa é possível verificar os hábitos desqualificados de professores de língua portuguesa de corrigir a fala de seus alunos em sala de aula, através de comentários como “não é assim que se fala” ou “se você falar assim, as pessoas irão rir de você”. Isso ocasiona a construção de crenças negativas do aluno a respeito da sua própria fala.

O papel do professor de língua portuguesa é de total relevância. Sendo assim, é necessário pensar em uma forma de colocar em prática o ensino da língua portuguesa e pensar também na linguagem como um conjunto de recursos flexíveis que estão em constante mudança.

É fundamental os professores proporem, em sala de aula, reflexões que possam auxiliar as práticas pedagógicas de linguagem e respeitem a diversidade à qual o falante está inserido, tendo como um norte situações comunicativas variadas que são vividas pelos alunos.

Tem sido possível estudar e descrever a variação linguística nos diversos níveis do sistema linguístico. Como ela nos demonstra que não existe erro em língua, mas, sim, variações intrinsecamente relacionadas a fatores sociais, o que se busca para o ensino de língua portuguesa atualmente é a proposição de uma educação linguística por meio da sociolinguística educacional (Bortoni-Ricardo, 2004, p. 3).

É preciso que os professores, desde as séries iniciais, ensinem os seus alunos a não crer que o erro de português existe. Mesmo sabendo que existem várias maneiras de falar, as pessoas não aceitam essas diferenças, o que origina o preconceito linguístico, o qual passa a ser um preconceito social também.

Os professores de português, por necessidades exigidas por nossa sociedade discriminatória, têm de explicitar a seus estudantes que certos usos variáveis são censurados em certas situações socioculturais [...] (o professor) se tiver uma boa formação linguística, especificamente sociolinguística, deverá demonstrar, por exercícios, o valor social das variantes de um elemento variável no português do Brasil (Mattos e Silva, 1989, p. 282).

A gramática normativa ainda continua sendo o principal tema nas aulas de língua portuguesa. A realidade é bem frustrante, a educação é desvalorizada, os professores não têm reconhecimento. Em razão de a língua padrão ainda permanecer na escola, e pela gramática normativa ainda ser o tema principal, as aulas se tornam monótonas, o que faz com que os alunos fiquem desmotivados. Se incluíssemos o cotidiano dos alunos nessas aulas, eles se sentiriam mais próximos da realidade em que vivem. E, ao abordar a sociolinguística desta maneira, os alunos se aproximarão do tema, pois a realidade irá lhes chamar a atenção, o que faz com que as aulas se tornem interessantes. Isso contribui de maneira significativa para a inserção dos alunos menos escolarizados. De acordo com Freire (2005, p. 91):

[...] o diálogo é uma exigência existencial. E, se ele é o encontro em que se solidarizam o refletir e o agir de seus sujeitos endereçados ao mundo a ser transformado e humanizado, não pode reduzir-se a um ato de depositar ideias de um sujeito no outro, nem tampouco tornar-se simples troca de ideias a serem consumidas pelos permutantes.

Os professores precisam fazer com que os alunos reflitam sobre a língua nas mais diversas situações. A maneira como o aluno conversa com seus amigos será de modo informal, o que é diferente se ele estiver em uma entrevista de emprego, em que ele deverá usar uma linguagem formal.

3 ABORDAGEM DO PRECONCEITO LINGUÍSTICO POR MARCOS BAGNO

Neste tópico, será abordado o preconceito linguístico na visão do autor Marcos Bagno, com foco em sua obra *Preconceito Linguístico: o que é, como se faz*, extremamente importante e essencial, que nos ajuda a desconstruir estereótipos a respeito da língua.

3.1 Quem é Marcos Bagno

Marcos Araújo Bagno, graduado em Letras pela Universidade Federal de Pernambuco (UFPB), em 1991, com bacharelado em Língua Portuguesa. Em 1995, concluiu um mestrado em Linguística pela UFPB e, em 2000, doutorado em Filologia e Língua Portuguesa, pela Universidade de São Paulo (USP).

Bagno é professor do Instituto de Letras da Universidade de Brasília (UnB) e tem experiência na área de linguística, mais especificamente com ênfase em tradução, sociolinguística e ensino. Suas áreas de atuação são a prática de tradução em português e francês, o ensino de português, a sociologia da linguagem, a política da linguagem, a gramática tradicional e o português brasileiro.

O autor traduziu mais de 120 livros, nos idiomas inglês, francês, espanhol e italiano. Visitou universidades na Argentina, Uruguai, México, Paraguai, Colômbia, Espanha, Itália, Finlândia e Alemanha. A partir do momento em que publicou *A Língua de Eulália* (1997), seu primeiro livro na área de linguística, tornou-se um dos linguistas mais importantes em nosso país. Marcos Bagno, em suas obras, vem lutando contra todo o tipo de exclusão social, sempre a favor das variadas maneiras de falar.

O referido autor busca novos caminhos em relação à educação para a língua materna. Suas principais obras são: *Preconceito Linguístico: o que é, como se faz* (Bagno, 1999); *A Língua de Eulália: novela sociolinguística* (Bagno, 1997); *não é errado falar assim! Em defesa do português brasileiro* (Bagno, 2009).

3.2 Considerações sobre a obra *Preconceito Linguístico*

Bagno expõe em sua obra *Preconceito Linguístico: o que é, como se faz* uma série de mitos a respeito do preconceito linguístico. O Mito 1, “A língua portuguesa falada no Brasil apresenta uma unidade surpreendente”, diz a respeito do que as escolas tentam impor, como se todos falassem o mesmo português. O Mito 2 consiste em “Brasileiro não sabe português/ só em Portugal se fala bem português”, sendo que é importante ressaltar que todo brasileiro sabe o português. O Mito 3 é o que mais ouvimos falar “Português é muito difícil”, e é importante destacar que todo falante nativo de uma língua sabe essa língua. O Mito 4 diz que “As pessoas sem instrução falam tudo errado”. Nisso, Bagno resalta que qualquer manifestação linguística que esteja fora da questão escola – gramática – dicionário é considerada, na visão do preconceito linguístico, algo “errado, feio e inapropriado”. O Mito 5 “O lugar onde melhor se fala português no Brasil é o Maranhão” é um mito que não tem nenhuma fundamentação científica. O Mito 6, titulado como “O certo é falar assim porque se escreve assim” enfatiza a questão da variação linguística, até porque “nenhuma língua é falada do mesmo jeito”. No Mito 7 “É preciso saber gramática para falar e escrever bem”, diz respeito a uma frase que vive na ponta da língua da maioria dos professores de língua portuguesa. O Mito 8 é o último da série de mitos que Bagno apresenta em seu livro, o qual ele se refere como “O domínio da norma culta é um instrumento de ascensão social”. Muitos acham que saber a norma culta torna uma pessoa superior, alguém importante, de muito prestígio.

Temos o chamado “círculo vicioso do preconceito linguístico”, que é a união de três elementos: gramática tradicional, métodos tradicionais de ensino e livros didáticos. Esse círculo se forma porque a gramática tradicional inspira a prática de ensino, que estimula a criação do livro didático, no qual os autores usufruem da gramática tradicional como fonte em relação às teorias da língua. De acordo com as concepções pedagógicas, as práticas de ensino variam de região para região, de escola para escola e até de professor para professor.

Livros, programas de rádio e televisão, colunas de jornais e revistas, entre outros... compõem os comandos paragramaticais. Em relação aos comandos paragramaticais, Bagno (2007, p. 77) explica que:

O que os *comandos paragramaticais* poderiam representar de utilidade para quem dúvidas na hora de falar ou de escrever acaba se perdendo por trás da espessa neblina de preconceito que envolve essas manifestações da (multi) mídia. Assim, tudo o que elas fazem de concreto é perpetuar as velhas noções de que 'brasileiro não sabe português' e de que 'português é muito difícil'.

Esses meios de comunicação, que têm uma grande influência, teriam mais utilidade ainda para destruir todos esses mitos, porque grande parcela da sociedade leva em consideração o que é dito por eles. Há uma grande crise no ensino da língua portuguesa. O que muitos percebem é a falta de instrumentos didáticos que possam substituir ou completar a gramática normativa.

Bagno identifica 3 (três) problemas básicos em relação ao desigual conhecimento da norma culta: o primeiro é a grande quantidade de analfabetos no país, sendo que grande parte deles estão nas periferias das cidades ou prestando serviços de faxineiro, carpinteiro, pedreiro e pintor. Nisso, Bagno (2007, p. 107) frisa que “[...] tudo isso [ocorre] em um país cuja Constituição diz que a educação é ‘dever do Estado’”.

O segundo problema seria em relação às pessoas que não cultivaram as habilidades simples (ler e escrever), por conta de regiões históricas ou de culturas. Isso se encaixa no preconceito de que “brasileiro não sabe português” ou “língua portuguesa é muito difícil”, que são sempre expandidos pelas práticas tradicionais de ensino.

Esse ensino tradicional, como eu já disse, em vez de incentivar o uso das habilidades linguísticas do indivíduo, deixando-o expressar-se livremente para somente depois corrigir sua fala ou sua escrita, age exatamente ao contrário: interrompe o fluxo natural da expressão e da comunicação com a atitude corretiva (e muitas vezes punitiva), cuja consequência inevitável é a criação de um sentimento de incapacidade, de incompetência (Bagno, 2007, p. 107-108).

O terceiro problema se refere ao dilema de que a norma culta se prende ao fato de a gramática conservadora não corresponder à língua usada pelas pessoas cultas do nosso país nos dias de hoje. Para combatermos o preconceito linguístico, a primeira ação a ser feita é mudar a atitude. Temos que elevar a nossa autoestima linguística. Temos que parar de acreditar que

“brasileiro não sabe português”, que pessoas da zona rural ou de classe social baixa falam “errado”.

Em vez de rePETir alguma coisa, o professor deveria reFLEtir sobre ela. Diante da velha doutrina gramatical normativa, o professor não deveria limitar-se a transmiti-la tal e qual ela se encontra compendiada nos manuais gramaticais ou nos livros didáticos (Bagno, 2007, p. 115-116).

Possenti, em sua obra *Por que (não) ensinar gramática na escola*, afirma que:

Que saber uma língua é uma coisa e saber analisá-la é outra [...] que se pode falar e escrever numa língua sem saber nada ‘sobre’ ela, por um lado, e que, por outro lado, é perfeitamente possível saber muito ‘sobre’ uma língua sem saber dizer uma frase nessa língua em situações reais (Possenti, 1996, p. 53-54).

Vale ressaltar que não existe erro de português, e sim erro gramatical. Todo nativo é um falante competente da sua língua materna. Ele é capaz de distinguir o que obedece ou não às regras gramaticais. É evidente que ninguém comete erros ao falar a sua língua materna. Conforme Bagno, em *Preconceito Linguístico: o que é, como se faz* (2007, p. 124), “[...] só se erra naquilo que é aprendido, naquilo que constitui um saber secundário, obtido por meio de treinamento, prática e memorização”. A língua materna não se encaixa nesse caso; ela é adquirida desde a infância.

Todos têm um conhecimento da língua, e ele não é adquirido na escola. Esse conhecimento vem de forma natural e espontânea. O que ocorre é a troca de português com ortografia, que são duas ações diferentes. Temos que nos atentar ao depararmos com um erro gramatical, pois precisamos analisar a cultura, de onde a pessoa vem, qual seu grau de escolaridade para entendermos o motivo desse “erro”, que não foi proposital.

É necessário distinguirmos a variedade culta falada da variedade culta escrita. A adequação linguística é uma habilidade que os falantes têm para adaptar a linguagem de acordo com uma determinada ocasião. É sobre adequarmos a forma como iremos nos expressar de acordo com a ocasião do momento.

É de conhecimento de todos que dizer que a língua é viva é um fato. Isso significa que a cada geração que passa, ela muda. Porém, ainda são

ensinados nas escolas termos e conceitos em relação à gramática tradicional que foram estabelecidos há mais de 2.300 anos, e esses conceitos são repassados a cada geração como se não houvesse uma mudança na língua. Partindo das reflexões anteriores, Magda Soares, em sua obra *Linguagem e escola*, afirma:

Um ensino de língua materna comprometido com a luta contra as desigualdades sociais e econômicas reconhece, no quadro dessas relações entre a escola e a sociedade, o direito que têm as camadas populares de apropriar-se do dialeto de prestígio, e fixa-se como objetivo levar os alunos pertencentes a essas camadas a dominá-lo, não para que se adaptem às exigências de uma sociedade que divide e discrimina, mas para que adquiram um instrumento fundamental para a participação política e a luta contra as desigualdades sociais (Soares, 1986, p. 78).

Ainda discorrendo sobre o ensino da língua materna, Sírio Possenti, em sua obra *Por que (não) ensinar gramática na escola*, enfatiza:

O PAPEL DA ESCOLA É ENSINAR LÍNGUA PADRÃO [...] adoto em qualquer dúvida o princípio (quase evidente) de que o objetivo da escola é ensinar o português padrão, ou, talvez mais exatamente, o de criar condições para que ele seja aprendido. Qualquer outra hipótese é um equívoco político e ideológico (Possenti, 1996, p. 17-18).

Vale destacar que não é decorando a gramática que uma pessoa terá a capacidade de falar, ler e escrever de maneira adequada. O professor Ataliba T. de Castilho, em seu livro *A língua falada no ensino de português*, considera que:

[...] os recortes linguísticos devem ilustrar as variedades socioculturais da língua portuguesa, sem discriminações contra a fala vernácula do aluno, isto é, de sua fala familiar. A escola é o primeiro contato do cidadão com o Estado, e seria bom que ela não se assemelhasse a um ‘bicho estranho’, a um lugar onde se cuida de coisas fora da realidade cotidiana. Com o tempo o aluno entenderá que para cada situação se requer uma variedade linguística, e será assim iniciado no padrão culto, caso já não o tenha trazido de casa (Bagnó apud Castilho, 1998, p. 181).

Com isso, a gramática vai deixar de ser vista como algo que diz o que é “certo” e “errado”. Infelizmente, existe uma veemência em relação

ao ensino de gramática na escola, o que acabou se transformando em um conhecimento mecânico em que há a discriminação e exclusão social. O “saber português” acabou se transformando em “saber gramática”, trazendo o entendimento de que só importa saber as funções do sujeito e predicado, não os efeitos de sentido de uma frase.

3.3 Consequências do preconceito linguístico

Pelo fato de a sociedade acreditar que só existe uma maneira correta de falar, as pessoas que não se encaixam no padrão daquelas que falam certo acabam sendo excluídas, por serem vistas como erradas. A consequência disso é que essa sociedade acaba se tornando vítima do preconceito linguístico. Tais vítimas do preconceito ocasionado pela língua desenvolvem o medo de falar em público, sempre receando quanto ao que os outros irão pensar caso fale uma palavra errada. Ela também se torna vítima da exclusão social, porque o seu dialeto ou até mesmo seu sotaque é diferente das outras pessoas.

O preconceito linguístico prejudica a autoestima do indivíduo. A pessoa passa a acreditar que ela não é inteligente, que não fala corretamente. Esse mito de achar que há um jeito “certo” ou “errado” de falar é tão prejudicial que existem casos de pessoas não conseguirem emprego porque o cargo exige uma formalidade na hora de se comunicar.

Temos que ter em mente que a maneira como uma pessoa se expressa, seja de acordo, seja em não acordo com a norma culta, não estabelece o seu valor como ser humano. O cidadão que tem sotaque por ter determinada região como cidade natal será sempre visto de uma forma estereotipada, tornando-se motivo de risada e chacota.

Não devemos desprezar a gramática normativa e as regras que ela impõe, pois sua função é servir como uma base para manter o nosso idioma, mas é necessário reconhecer que todas as variações dependem da língua.

Fica nítido que a língua é um fator para a exclusão social; por esse motivo, o preconceito linguístico precisa ser combatido. A mídia deve parar com os estereótipos em relação à maneira de falar. O certo seria ter campanhas nos meios de comunicação que ajudem a desconstruir esse tipo de

preconceito, até porque um bom falante da língua é um poliglota no seu próprio idioma.

4 A SOCIEDADE E A ESCOLA DIANTE DO PRECONCEITO LINGUÍSTICO

Este item tem por objetivo principal saber qual é o papel da sociedade e da escola diante do preconceito linguístico. Serão abordadas as influências que a sociedade e escola têm e como devemos desconstruir este preconceito dentro do ambiente escolar. Também será possível compreender como ele se manifesta dentro da sala de aula, e o que é preciso para desconstruí-lo.

4.1 A influência da sociedade

Quando nos referimos a preconceito linguístico, podemos perceber que envolve as questões ligadas ao regionalismo, desigualdade e convívio social. Levando em consideração que trazemos conosco heranças de um povo colonial, a língua portuguesa no Brasil tem uma grande influência das matrizes africanas, sobretudo do grupo banto.

O indivíduo já nasce com a habilidade linguística, então ele sabe dominar a sua competência da língua no meio onde vive. Porém, é necessário ter o aprimoramento escolar; o educando não vai aprender a falar na escola, mas sim ter o conhecimento de que ele já tem essa habilidade, só é necessário desenvolvê-la. Pessoas que são julgadas por “não saberem falar bem” perdem a vontade de se expressar ou conviver em sociedade. Partindo das reflexões em relação ao preconceito linguístico no contexto social, Bagno (2007) afirma:

[...] o preconceito linguístico- o mais sutil de todos- eles atingem um dos mais nobres legados do homem, que é o domínio de uma língua. Exercer isso é retirar o direito de fala de milhares de pessoas que se exprimem em formas sem prestígio social. Não quero dizer com isso que não temos o direito de gostar mais, ou menos, do falar de uma região ou de outra, do falar de um grupo social ou de outro. O que afirmo e até enfatizo é que ninguém tem o direito de humilhar o outro pela forma de falar. Ninguém tem o direito de exercer assédio

linguístico. Ninguém tem o direito de causar constrangimento ao seu semelhante pela forma de falar (Scherre, 2017, p. 6).

Ao observar a fala de Martins, podemos perceber que não existe uma única norma padrão tanto para a fala quanto para a escrita; existem apenas variedades linguísticas de cada uma. Portanto, a forma de falar de cada uma precisa ser respeitada, para que não ocorra nenhum tipo de violência (física, verbal ou até psicológica) envolvendo qualquer aspecto de comunicação e interação social.

Por conseguinte, toda interação, seja ela verbal, seja ela escrita, faz com que cada indivíduo seja capaz de se ajustar às expectativas de um interlocutor. Também é necessário apontar que a classe social em que uma pessoa está inserida determina a sua posição diante da sociedade. Ao falar em desigualdades e como o status econômico influencia na discrepância social, Bortoni- Ricardo (2009, p. 48) expõe:

As diferenças de status socioeconômicos representam desigualdade na distribuição de bens materiais e de bens culturais, o que se reflete em diferenças sociolinguísticas. Entre os bens culturais, ressalte-se a inclusão digital. O acesso ao computador e à internet está claramente associado ao status econômico. Este fator é muito relevante, considerando que, em nosso país, a distribuição de renda é muito desigual.

É muito comum ouvirmos que existe uma linguagem “simples” ou “inferior”; essa é uma afirmação sem fundamento científico, porque toda língua é adaptada à comunidade que dela usufrui. Ela é um sistema tão completo que permite às pessoas ter entendimento do mundo em que vivem; ou seja, cada pessoa se comunica a partir daquilo que ela já internalizou. Não existe uma variação linguística superior à outra. Para Bortoni-Ricardo, “cada região possui sua identidade, e esta é motivo de orgulho para os moradores dela”.

Em toda comunidade de fala onde convivem falantes de diversas variedades regionais, como é o caso das grandes metrópoles brasileiras. [...] Assim, as variedades faladas pelos grupos de maior poder político e econômico passam a ser vistas como variedades mais bonitas e até mais corretas. Mas essas variedades, que ganham prestígio porque são faladas por grupos de maior poder, nada têm intrinsecamente superior às demais. [...] O dialeto (ou variedade regional) falado em uma região pobre pode vir a ser considerado um dialeto ‘ruim’, en-

quanto o dialeto falado em uma região rica e poderosa passa a ser vista como um ‘bom’ dialeto (Bortoni-Ricardo, 2005, p. 33).

A língua é baseada na realidade do falante e do contexto em que ele vive. Desde criança, temos uma “gramática” fixada na nossa cabeça, a qual vai se adequando de tempo em tempo. É importante ressaltar que a função da gramática é para descrever o funcionamento da língua, não dizer como a língua deve ser.

4.2 O papel da escola

Dentro do ambiente escolar, a variação linguística se demonstra nas diferentes maneiras de falar dos alunos. Isso exige reflexões de linguistas, porque não se tem dado a devida atenção à diversidade da língua e como esta influencia o processo educacional. Gerar essa influência exige que se aceite a língua como um conjunto sistemático, mas ao mesmo tempo flexível e heterogêneo, o que tem, como resultado, o conjunto de falantes que criam e recriam recursos linguísticos para interagir com os outros.

Independentemente da época, a língua ocorre de forma natural. Já dizia Antunes (2009, p. 22), “[...] qualquer língua se manifesta num conjunto de diferentes falares que atendem às exigências dos diversos contextos de uso dessa língua”.

A escola precisa ter um maior número de manifestações da língua, que são encontradas nos gêneros textuais e nas variações linguísticas. Isso significa que a língua é constituída de todos os gêneros. Possenti (1996, p. 29) afirma que “[...] aceitamos que os outros falam diferente. Mas não aceitamos pacificamente que os que falam ou derivam falar a mesma língua falem de maneira diferente”. Isso aponta que a escola rejeita e exclui a forma de falar do aluno, o que deveria ser o oposto; isso deveria ser valorizado por ela e pela sociedade.

É verídico que a elite tem como intenção ensinar a ortografia oficial como uma língua predominante falada no ambiente escolar. Bechara (1993), em sua obra *Ensino da gramática. Opressão? Liberdade?*, afirma que precisa haver um respeito com a língua, porque ela tem um valor comunicativo, além de ajustar uma relação de confiança com o aluno, para que ele não

se sinta oprimido ao aprender. Em relação ao papel da escola para o ensino da língua, Possenti (1996) evidencia:

O mais importante é que o aluno possa vir a dominar efetivamente o maior número possível de regras, isso é, que se torne capaz de expressar-se nas mais diversas circunstâncias, segundo as experiências e convenções dessas circunstâncias. Nesse sentido, o papel da escola não é o de ensinar uma variedade ao lugar da outra, mas de criar condições para que os alunos aprendam também as variedades que não conhecem (Possenti, 1996, p. 82-83).

A gramática normativa é uma consequência da língua; porém, ela se tornou um instrumento de poder. A língua se tornou subordinada à gramática. Ter domínio da norma culta não é um mecanismo de ascensão social.

Há um abuso gramatical por parte dos profissionais da educação que têm como metodologia dizer o que é “certo” ou “errado”. Não se pode ensinar as regras impostas pela língua portuguesa e suportar a norma tradicional. É preciso respeitar as variações de fala do estudante. Com esse respeito por parte do professor, ele se tornará um mediador na formação do senso crítico do aluno.

A variação linguística foi incluída no guia da educação para os alunos do ensino médio. Um dos objetivos da Base Nacional Comum Curricular é de dizer o quanto é importante trabalhar essas variedades dentro da sala de aula.

A Base Nacional Comum Curricular (BNCC) elaborou uma proposta curricular de língua portuguesa para cada fase de ensino. Isso ocorreu a partir de práticas de linguagem, habilidades e competências. A seguir, iremos analisar duas habilidades em relação à variação linguística imposta pela BNCC para o ensino médio:

(EM13LGG401) Analisar textos de modo a caracterizar as línguas como fenômeno (geo)político, histórico, social, variável, heterogêneo e sensível aos contextos de uso. (EM13LGG402) Empregar, nas interações sociais, a variedade e o estilo de língua adequados à situação comunicativa, ao(s) interlocutor(es) e ao gênero do discurso, respeitando os usos das línguas por esse(s) interlocutor(es) e combatendo situações de preconceito linguístico (Paraná, 2021)

Este documento expõe que abordar as variações e os valores sociais de uma maneira adequada irá conscientizar os educandos e amenizar a

ocorrência do preconceito linguístico, que, infelizmente, tornou-se muito comum em nossa sociedade.

Ainda discorrendo sobre a variação linguística nas escolas, não podemos condenar as particularidades referentes à língua ou cultura do estudante. Isso não pode ser substituído pela língua ensinada nas escolas, que é de acordo com a norma-padrão. As variedades dos alunos devem ser respeitadas, mas tendo consciência da existência da variação linguística e quais os casos em que devemos utilizar a norma-padrão, visto que a língua é um dos bens culturais necessários para que o meio social possa crescer.

A unidade escolar tem de direcionar a função da língua para uma diversidade linguística, uma vez que ela é o principal instrumento de comunicação e, com isso, essa função se tornaria uma consequência natural. Isso facilitaria muito o hábito de leitura e escrita dos alunos e, assim, a escola estaria contribuindo para a inclusão dos alunos e minimizando qualquer tipo de exclusão.

Na escola, formam-se cidadãos que tenham pensamento crítico e saibam ser justos ante a sociedade, mas sem que haja o esquecimento da importância da variedade sociolinguística. Para isso, é necessário professores de linguagens conscientes acerca da diversidade linguística, a fim de que possam ter um ensino amplamente desenvolvido.

De acordo com os PCNs (Brasil, 1997, p. 26), “[...] a questão não é falar certo ou errado, mas saber qual forma de fala utilizar, considerando diferentes características do contexto de comunicação. Saber adequar e ajustar a linguagem às diferentes situações comunicativas”. É necessário termos a consciência de que a língua é uma ciência, o que significa que ela está sujeita a mudanças, alterando sempre as suas formas de uso.

4.3 A desconstrução do preconceito linguístico

O preconceito linguístico é de cunho social. Para que esse tipo de preconceito seja contido, é necessário ter uma proposta pedagógica em que há a reflexão do professor e conscientizar os alunos para que eles possam compreender quais são os desenvolvimentos da linguagem, pois a prática do preconceito da língua é associada com um ensino rígido da gramática normativa, desconsiderando a grande relevância da variação linguística.

É papel da escola ensinar os alunos a ler e escrever na norma-padrão, mas sem discriminar ou utilizar maneiras preconceituosas diante das variedades dos alunos. É preciso aumentar o repertório linguístico dos educandos e não substituir o que consideram “errado” por não ser o que a gramática normativa impõe.

Para que haja um melhoramento no preconceito linguístico, é necessária uma mudança de atitude por parte de todos, principalmente de profissionais da educação.

[...] Cada um de nós, professor ou não, precisa elevar o grau da própria autoestima linguística: recusar com veemência os velhos argumentos que visem menosprezar o saber linguístico individual de cada um de nós. Temos de nos impor como falantes competentes de nossa língua materna. Parar de acreditar que ‘brasileiro não sabe português’, que ‘português é muito difícil’, que os habitantes da zona rural ou das classes sociais mais baixas ‘falam tudo errado’ (Bago, 1999, p. 115).

As atitudes grosseiras por parte do professor fazem com que os alunos se distanciem, perdendo o interesse pela aula. O educando precisa perguntar, mas no seu modo de falar; alguns são tímidos e enfrentam esse medo para tirar a sua dúvida e, quando são corrigidos pelo docente, seja pelo seu modo de se expressar, seja pelo sotaque, ficam constrangidos, o que dificulta o processo de aprendizagem.

O professor tem de ter em mente que, apesar das dificuldades que enfrentará durante a sua regência, seja dentro, seja fora de sala de aula, o aluno precisará da sua dedicação ao ensinar. Um professor é como uma bússola; ele irá guiar o estudante para a construção do seu conhecimento.

O papel do professor como um mediador é essencial para o aluno, e ele precisa criar metodologias que se adaptem à sua realidade e à realidade do discente.

É fundamental que haja uma comunicação entre pais, professores, alunos e direção. Os meios de comunicação têm se tornado um facilitador para que escola e pais possam estar em sintonia diante do que acontece em ambos os lados.

Regras e leis vêm sendo criadas para que ocorra uma relação boa entre professores, alunos e pais no ambiente educacional. Sacristán e

Gómez (1998, p. 63) expõem que “[...] a proposta deve ir ao encontro de sua atribuição enquanto formadora de indivíduos conscientes e participativos. O sistema educacional tem que estar alinhado com o seu conhecimento e sua tradição”.

É crucial colocar em prática uma formação em que possamos capacitar nossos professores para desenvolver esse reconhecimento da língua e a importância da diversidade da língua. Além disso, precisamos transmitir confiança a esses alunos e mostrar o quanto é proveitoso trabalhar com a língua portuguesa tanto na fala quanto na escrita.

5 CONCLUSÃO

Diante do que já foi exposto, destaca-se a importância de estudar a variação linguística de forma adequada nas escolas. É imprescindível que haja uma mudança na forma de pensar tanto da população quanto da instituição escolar, com metodologias eficazes para que os alunos possam ter consciência de que é necessário saber ortografia e as regras impostas pela gramática normativa. Todavia, é importante respeitar a variação linguística de seu colega, porque, de acordo com os estudos produzidos, não existe apenas um jeito certo de se falar.

Foi criado um estereótipo por muitos anos de que só gente estudada sabe falar de maneira correta. Portanto, é importante que a escola desconstrua essa banalidade linguística de uma vez por todas.

Também é preciso ter em mente que o preconceito linguístico não irá acabar da noite para o dia; é indispensável fazer um árduo trabalho para que possamos desconstruí-lo gradualmente. Como foi visto, a gramática normativa se tornou um instrumento de poder, e a língua se tornou refém dessa gramática. Dominá-la não fará de uma pessoa superior a qualquer outra.

A escola precisa estar aberta às mudanças, ter manifestações culturais onde há a inclusão social, praticar o exercício do diálogo e realizar cursos de capacitação com os educadores e enfatizar. Também deve ser enfatizada, nos cursos de Letras, a importância de estudar o preconceito e a heterogeneidade da língua.

As pesquisas realizadas para este estudo foram muito enriquecedoras e capazes de ampliar a compreensão desta temática. O preconceito

linguístico afeta a aprendizagem do aluno, e o professor, mesmo tendo formação, não pode apenas corrigir a maneira de falar do estudante, por isso a mudança de atitude e a utilização de uma boa metodologia são essenciais. A norma culta é extremamente valorizada, o que ignora as outras formas de falar. Erros de português são diferentes de erros de ortografia, e pessoas com baixa escolaridade são julgadas por não falarem “corretamente”.

Após ler, analisar e estudar autores que abordam esse tema, conclui-se que o preconceito linguístico ainda é recorrente nas escolas, principalmente nas aulas de Língua Portuguesa, mas se todos fizerem a sua parte, esse preconceito linguístico irá se desconstruir de forma gradativa, por isso se torna primordial a cooperação de todos. Portanto, é esperado que, no futuro, casos de preconceito linguístico em sala de aula sejam mínimos, até porque toda forma de falar é válida.

REFERÊNCIAS

ANTUNES, I. Língua e cidadania: repercussões para o ensino. *In: ANTUNES, I. Língua, texto e ensino: outra escola possível.* São Paulo: Parábola, 2009.

ANTUNES, I. A língua e a identidade cultural de um povo. *In: ANTUNES, I. Língua, texto e ensino: outra escola possível.* São Paulo: Parábola, 2003.

BAGNO, M. *Não é errado falar assim!* em defesa do português Brasileiro. São Paulo: Parábola Editorial, 2008.

BAGNO, M. *Preconceito Linguístico: o que é, como se faz.* 49. ed. São Paulo: Edições Loyola, 2007.

BAGNO, M. *Preconceito Linguístico: o que é, como se faz.* São Paulo: Edições Loyola, 1999.

BAGNO, M. *A língua de Eulália: novela sociolinguística.* São Paulo: Editora Contexto, 1997.

BECHARA, E. *Ensino da gramática: Opressão? Liberdade?* São Paulo: Editora Ática, 1993.

BORTONI-RICARDO, S. M. *O professor pesquisador- Introdução à pesquisa qualitativa.* 2. ed. São Paulo: Parábola Editorial, 2009.

BORTONI-RICARDO, S. M. *Nós cheguem na escola, e agora?* Sociolinguística & Educação. São Paulo: Parábola Editorial, 2005.

BORTONI-RICARDO, S. M. *Educação em língua materna: a sociolinguística na sala de aula*. 3. ed. São Paulo: Parábola Editorial, 2004.

BRASIL. Secretaria de Educação Fundamental. *Parâmetros curriculares nacionais: terceiro e quarto ciclos do ensino fundamental: língua portuguesa*. Brasília, DF: MEC/SEF, 1998.

CASTILHO, A. T. *A língua falada no ensino de português*. São Paulo: Editora Contexto, 1998.

FREIRE, P. *Pedagogia do Oprimido*. 41. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2005.

LABOV, W. Sociolinguística: uma entrevista com William Labov. *Revista virtual de estudos da linguagem*, [s. l.], v. 5, n. 9, 2007. Disponível em: www.revel.inf.br. Acesso em: 9 ago. 2022.

LIMA, A. N. *Preconceito Linguístico: relação com o ensino-aprendizagem da língua portuguesa*. 2021. TCC (Licenciatura em Letras)- Curso de Licenciatura em Letras, Centro Universitário Internacional Uninter, 2021. Disponível em: <https://repositorio.uninter.com/handle/1/636>. Acesso em: 19 set. 2024.

MATTOS E SILVA, R. V. *Tradição gramatical e gramática tradicional*. São Paulo: Contexto, 1989.

PARANÁ. Sistema Estadual de Ensino do Paraná. *Referencial curricular paranaense para o novo ensino médio – versão preliminar (4)*. Curitiba: CEE, 2021.

PERINI, M. A. *Sofrendo a gramática*. São Paulo: Editora Ática, 1997.

POSSENTI, S. *Porque (não) ensinar gramática na escola*. Campinas: Coleção Leituras no Brasil, 1996.

SACRISTÁN, J. G.; GÓMEZ, A. I. P. *Compreender e transformar o ensino*. 4. ed. Porto Alegre: ArtMed, 1998.

SCHERRE, M. O preconceito linguístico deveria ser crime. *Galileu*, São Paulo, 2016.

SOARES, M. *Linguagem e escola: uma perspectiva social*. São Paulo: Editora Contexto, 1986.

